

CAPITALISMO E PATRIARCADO:
a disputa hegemônica no Brasil no contexto bolsonarista

CAPITALISM AND PATRIARCHY:
the hegemonic dispute in Brazil in the Bolsonarista context

Gláucia Lelis Alves¹

Resumo

Este texto reflete sobre a hegemonia e sua relação com a luta de classes, tendo como fundamento central a teoria gramsciana. A relação entre a crise orgânica, a ofensiva reacionária e conservadora e a correlação de forças frente ao fenômeno bolsonarista no Brasil. Análise das ameaças à pauta feminista, o trabalho reprodutivo e a luta hegemônica em sua dialética subalternidade-autonomia-hegemonia para a construção da emancipação humana.

Palavras-chave: Hegemonia, Feminismo, Conservadorismo.

Abstract

The text reflects the debate of hegemony and its relationship with the class struggle, having Gramscian theory as its central foundation. The relationship between the organic crisis, the reactionary and conservative offensive and the correlation of forces instituted in the face of the Bolsonarista phenomenon in Brazil. The analyze the threats to the feminist agenda, reproductive work and the hegemonic struggle in its subalternity-autonomy-hegemony dialectic for the construction of human emancipation.

Keywords: Hegemony, Feminism, Conservatism

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2000) e mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora no Programa Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, assistência social, Estado, controle social, conselhos e democracia, ideologia, formação profissional em Serviço Social, feminismo. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC/UFRJ). Pesquisadora do Laboratório de estudos e pesquisa em Marx e a Teoria Marxista da Dependência (LEMARX-TMD/UFRJ). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Marxistas (NEPEM/UFRJ). Coordenadora do Projeto de Extensão Biblioteca Feminista da Praia Vermelha.

A reflexão aqui apresentada refere-se à contraofensiva reacionária da extrema direita via ascensão da extrema-direita ao poder, no Brasil, como contraofensiva, que reativa valores como o machismo, a misoginia, homofobia, o atual presidente é “defensor da família de homem e de mulher como a única legítima por determinação bíblica; apologista das armas como objeto fálico de destruição; macho obcecado por alegorias que envolvem pênis e ânus” (BRUM, 2021, p. 34). Analisa-se esse fenômeno a partir do golpe de Estado de 2016, seus impactos na relação estabelecida entre capitalismo e patriarcado e suas expressões com o bolsonarismo, a correlação de forças instaurada em um contexto de crise orgânica e as estratégias consolidadas pelo projeto de restauração neoliberal em sua face mais violenta.

O conservadorismo assume, historicamente, diferentes faces, que se localizam: via fragmentação da teoria social e o abandono do ponto de vista do historicismo e da totalidade (as perspectivas positivistas e neopositivista contribuíram sobremaneira para isso); e o ponto de vista irracionalista, que defende a conservação da ordem, mas mistificando, em certa medida, a distinção entre senhores e subalternos, pontos analisados por Gramsci nos cadernos do cárcere.

Escorsim (2011, p. 40-43) afirma que, “O pensamento conservador é uma expressão cultural (...) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa”. Refere-se então a um conjunto de estratégias que compõem um projeto de restauração da ordem, voltada para a manutenção de instituições como resposta contrarrevolucionária, desde que “o processo pelo qual a burguesia revolucionária se pôs como classe hegemônica do ponto de vista econômico-social – com o econômico-social uma unidade: é a cultura da modernidade que solda essa hegemonia”. Localiza-se na passagem do conservadorismo clássico à constituição da modernidade uma associação com o reacionarismo moderno. Essa dimensão se manifesta e se materializa na história, em diferentes momentos, a partir dos processos que Gramsci cunhou de crise orgânica no capitalismo.

Assim o foi, por exemplo com o advento do fascismo e, assim ocorre com o projeto neoliberal em curso, pela tendência em negar sua face conservadora, na afirmação de uma perspectiva reformista para as medidas operadas desde a década de 1970, combinando reestruturação produtiva, flexibilização/privatização/descentralização no âmbito das políticas e direitos sociais com uma perspectiva teórico-política pós-moderna que anulava a luta de classes. Mattos (2020) destaca que nas últimas duas décadas do século XX as ideias neoliberais avançaram em decorrência da decomposição dos regimes do leste Europeu, a legitimação do revisionismo historiográfico e o negacionismo frente ao nazismo. Daí a necessária reflexão sobre as condições históricas de sua emergência para entendermos o tempo presente a partir das caracterizações do

neofascismo e a realidade brasileira. O autor tem acordo com a leitura de Andrea Mammone, acerca dos vínculos transnacionais da ultradireita na França e na Itália via neofascismo, que afirma a existência de uma linha de continuidade entre o fascismo clássico e contemporâneo. Combinando para tal adaptabilidade, hibridismo e mutabilidade, o novo fascismo no século XXI, desse modo há uma adaptação, articulação entre tendências neofascistas e o regime democrático-burguês de cunho neoliberal.

A crise estrutural do capital em todos os seus matizes, resultantes das políticas neoliberais construíram um solo fértil para a ascensão das tendências neofascistas e o avanço da extrema direita. Alguns fantasmas do período fascista são ressuscitados, tais como a “ameaça comunista, que se transmuta para outros corpos, de intelectuais, artistas, ativistas sociais em geral comprometidos com a socialização do conhecimento e o combate às opressões. “Estes seriam os próceres do ‘marxismo cultural’ e sua estratégia de tomar o poder sem atacar o Estado, mas contaminando as mentes das criancinhas” (MATTOS, 2020, p. 80)

Assim configura-se um conjunto de características que se aproximam a esse modelo de revolução passiva consolidado pelo fascismo em resposta à crise que se desenhava no entre guerras mundiais. A desumanização de segmentos da população, o anti-intelectualismo, a reatualização de técnicas de propaganda fascista, a disseminação de teorias conspiratórias que disseminam: o temor aos imigrantes e refugiados (vide proposição dos muros e fechamento de fronteiras invocados pela extrema direita); a difusão do medo para a classe média/pequena burguesia e uma divisão entre cidadãos legítimos e invasores, naturalizando as políticas de encarceramento em massa da população racializada; a ameaça à masculinidade da nação, via sexualidade, onde a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero. Articula-se também o Estado de direito e o Estado de exceção via conveniência com os regimes parlamentares e as eleições, legitimando uma mudança no sentido da violência contrarrevolucionária de caráter preventivo com a perpetuação da dominação masculina em torno da família patriarcal.

No Brasil grupos herdeiros do fascismo histórico à brasileira – representado pela Ação Integralista Brasileira-AIB, que construíram uma concepção excludente de democracia, com defesa incondicional da propriedade privada e um projeto de reformas regressivas – apoiaram Jair Messias Bolsonaro, nas eleições que o levaram à presidência da república em 2018. Isso dito, não dá para afirmar categoricamente que há um governo totalmente fascista, há um projeto em curso, uma efetiva dinâmica de transição para o autoritarismo, uma continuidade mais rígida do regime autocrático burguês. Mas há similaridades muito extremadas, resultantes da frágil e em crise democracia burguesa forjada no país, como a esquerda considerada como inimigo a ser destruído,

o culto à violência e o irracionalismo, o nacionalismo autoritário e conservador, o desespero pequeno-burguês face à crise. Há diferenças significativas que se configuram na difusa base social de Bolsonaro, organizada mais predominantemente nas redes sociais e em alguns movimentos de direita que em partidos de massa como no fascismo clássico e a conformação da burguesia nacional – uma combinação entre as velhas oligarquias com os sucessivos golpes, ou seja, “as frações burguesas em operação no país foram organizadoras ativas do padrão de acumulação do capital do capitalismo dependente, pautado em grande medida por ‘taxas de exploração excessivas’” (Mattos, 2020, p. 104)

Reside nessa análise a estratégia de continuar, aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução preventiva e sua institucionalização, como resposta à crise orgânica, sobretudo a partir de 2008. Esse período se consolidou com a China se convertendo no principal parceiro comercial do país, e com “estímulos ao mercado interno, pela via de um crescimento real do salário-mínimo, políticas sociais focalizadas, crédito (e endividamento) das famílias e subsídios a determinados setores do capital”. Os períodos dos governos Lula e Dilma (2003 a 2016), resguardadas as devidas diferenças, seguiram com as medidas de ajuste fiscal e as contrarreformas. O aprofundamento da crise abalou as bases de sustentação do governo Dilma Rousseff, fragilizadas desde as manifestações de junho de 2013. Grandes demandas se fizeram presentes: “pela redução do preço e melhoria da qualidade de transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – e possuíam um claro perfil de classe”. Também evidenciou os protestos contra a violência policial e a militarização do estado, o incentivo aos movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia (MTST) em contraposição as obras urbanas relacionadas aos megaeventos em decorrência dos despejos e remoções. Greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos, na educação básica e na limpeza urbana, dos petroleiros. Entre 2015-2016, os movimentos de ocupações das escolas e, sobretudo, o Movimento de Mulheres, que evidenciou “a combinação entre resistência ao conservadorismo moral e ao liberalismo econômico (...) que cresceu em dimensões das ocupações estudantis” e via “manifestações contra as propostas conservadoras no congresso nacional encampadas pelo deputado e presidente da casa, Eduardo Cunha”, com propostas de lei “(...)que dificultava o acesso de mulheres vítimas de estupro ao aborto legal”. O movimento de mulheres comandou significativas campanhas pelo “Fora Cunha” e “Ele Não”, se legitimando como um dos mais dinâmicos movimentos de contraposição à ordem.

A contraposição a essa ambiência insurgente, iniciada com as jornadas de junho, que representaram o abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao PT, por outro lado,

contraditoriamente situaram o marco inicial do reacionarismo no poder, corroborou para tal também, o discurso “mais radical” realizado por Dilma nos processos eleitorais que a levaram à reeleição, de maior compromisso com os interesses populares, abandonado após a vitória, por conta das pressões das classes dominantes para cumprir a agenda econômica de austeridade. Desse modo, cresceu, a partir de 2015, o processo de manifestações anticorrupção e contrárias ao governo, atos convocados pela chamada “nova direita” com o apoio burguês, de opositores ao governo, parlamentares e polícia militar, difundidos também pelas grandes corporações da mídia. Assim, Enquanto as jornadas de junho mobilizaram, na mídia, jovens do ensino médio ou universitário incompleto e rendimentos baixos, as micaretas da ‘nova direita’ atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados” (Mattos, 2020, p. 160). O que configurou o cimento da base pequeno-burguesa e de classe média que encampou as políticas anticorrupção, a cultura antipetista da direita e as mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff, o primeiro ato de um golpe de Estado de novo tipo, que abriu caminho, primeiro, à posse de Michel Temer em 2016, e seguiu com a condenação, sem provas, em tempo recorde em segunda instância de Lula, inviabilizando sua candidatura nas eleições de 2018.

Seguiu-se com Temer um programa de máxima austeridade, retirada de direitos dos trabalhadores – alterações na legislação trabalhista, congelamento das despesas não financeiras do orçamento da união (A Emenda Constitucional 95) por 20 anos, reformas da previdência, redução do custo da força de trabalho e transferência de fundo público para o setor privado. Posteriormente, a vitória de Bolsonaro nas eleições, com 55% dos votos válidos se legitimou com um discurso de ódio, apologia à violência “contra a esquerda”, “contra bandidos e vagabundos”, em defesa dos “cidadãos de bem”, “contra todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a LGBTfobia, ecológico e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientista, artista e produtores culturais em sentido amplo” (Mattos, 2020, p. 167)

Esses aspectos evidenciam que o projeto da extrema direita se consolidou progressivamente, não sem resistências e contrapontos. A ênfase a essa estratégia ideológica é fundamental para entender o fenômeno do bolsonarismo, a defesa da ditadura militar e do terrorismo de Estado (com ampliação de sua audiência na mídia) e a busca de uma teoria de base neofascista – sob influência do reacionarismo de Olavo de Carvalho que articulou o pensamento da ultradireita estadunidense. Uma denúncia ao chamado “marxismo cultural”, onde se formou “uma longa marcha da esquerda para controlar os aparatos de ensino e a produção cultural e

mediática centrada em elementos como a negação das crenças cristãs e a valorização de um ‘novo homem comunista’.

Um terceiro elemento está diretamente relacionado ao alinhamento entre Bolsonaro e a chamada “bancada da Bíblia”, associando-se ao pastor Everaldo e seu Partido Social Cristão, afinado com pautas morais dos políticos vinculados às denominações pentecostais, tendo em vista denunciar a difusão da ‘ideologia de gênero’ nos programas e práticas educacionais. Processo que resulta de um crescimento progressivo de lideranças evangélicas e sua inserção nas parcelas mais empobrecidas da população.

Conforme destaca Mattos (2020, p. 179):

Predominaram ao longo das últimas décadas elementos de uma concepção teológico-política conhecida como ‘teologia da prosperidade’, que sustenta uma ideologia de adaptação à ordem por meio da ideia de esforço individual e aliança a expansão empresarial das igrejas em diversos setores econômicos, particularmente no das comunicações.

Essa articulação também se adensa pelo discurso reacionário em resposta à violência cotidiana pela ação estatal ou miliciana, expressão política e midiática dos “princípios” de proteção, justiça privada, dos cidadão de bem, combinando com o discurso anticorrupção capitaneando os novos movimentos de direita que foram as ruas contra o governo Dilma em 2015, desde o ano anterior se reciclam organizações que convocaram os atos da direita, o Movimento Brasil Livre (MBL), o “Vem pra rua” e o “Revoltados on line”, configurando uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela formulação de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado e do reacionarismo.

Esses elementos ideológicos se expressam no Programa de Governo de Bolsonaro “O caminho da prosperidade”, sob o slogan, “Brasil acima de Tudo e Deus acima de todos” e em referência ao documento da Frente Parlamentar Evangélica. Segundo Lima (2019), seus eixos são: 1) modernização do Estado, via enxugamento da máquina administrativa e ampliação das parcerias com o setor privado; 2) Segurança jurídica, via ampliação dos contratos para viabilizar novos investimentos estrangeiros; 3) Segurança fiscal, via modernização tributária, previdenciária, reponsabilidade fiscal e comercial; e 4) Revolução na educação, via combinação entre meritocracia/empreendedorismo e o reforço à concepção da escola sem ideologia e sem partido. No plano econômico, a garantia da estabilidade macroeconômica via ajuste fiscal permanente, reformas da previdência e tributária, independência do Banco Central, concessões ao setor privado e modernização da legislação trabalhista, fim do monopólio da Petrobrás no gás natural. Bem como

políticas de alívio mínimo à pobreza com programas de renda mínima restritas ao chamado auxílio emergencial.

Lacerda (2021, p.38) destaca o processo penal de exceção, nas bases históricas da formação social brasileira, se legitima e se fortalece, combinando manipulação da justiça, das forças policiais e dos serviços de inteligência com um sistema criminal que se constrói a partir dos interesses das elites, em uma estrutura camuflada na qual convivem Estado de direito, Estado de exceção e polícia militar. O processo penal de exceção, desse modo, se estrutura por duas dimensões: 1. Intensificação da criminalização da pobreza, que segue reproduzindo uma relação oligárquica e escravocrata de dominação das classes populares; 2. Criminalização da resistência democrática, com repressão ao pensamento crítico, eliminação física e simbólica de todos os obstáculos à tirania de mercado.

A análise sobre hegemonia não se resume a relação dialética entre consenso e coerção, mas é nesse movimento que ela se constitui. O que, para a reflexão aqui exposta, é essencial, pois a história não é linear, sobretudo quando se trata de explicitar a correlação de forças que se materializa na organização das contraofensivas à organização de movimentos sociais/populares e a ampliação da socialização política que se desenhou no período entre os anos 70 e 90 do século XX. O projeto conservador reacionário que foi gestado nesse período combinou diferenciadas respostas que transitaram entre o aumento da censura e da repressão, as tiranias pessoais e o reforço às intervenções imperialistas via ditaduras de segurança nacional. Assim, as respostas reacionárias se dão em um movimento de disputas e coalisões entre valores e práticas conservadoras e forças progressistas, agudizados em contextos de crises orgânicas. É nesse espaço que se materializam os retrocessos na história, assim, o aumento de grupos feministas, mais plurais com debates e questões sobre o corpo, a sexualidade, o aborto, a saúde, as estruturas hierárquicas familiares, avanços nas legislações (Lei Maria da Penha, que criminaliza os feminicídios, fim da concepção do adultério feminino, entre outros) convergiram para a predominância de um projeto reacionário como contraofensiva.

Rovai (2021, p. 295) ressalta que a reação aos avanços acima descritos se articulou combinando um discurso reacionário, negacionista e o culto ao politicamente antiético. O governo Bolsonaro propagou estereótipos sobre as mulheres, que contribuíram para aumentar a discriminação e o machismo estruturais, extinguiu órgãos fundamentais nas políticas públicas de saúde e de responsabilização do estado frente à criminalização da violência de gênero. Segundo a autora “o Brasil está entre os primeiros quanto à prática do (trans) feminicídio, desmascarando a representação enganosa de uma cordialidade nacional”. Foi criado, nesse conjunto, o Ministério da

mulher, da família e dos direitos humanos, sob o comando de Damara Alves, em que o princípio central refere-se aos velhos e tradicionais papéis e lugares sociais conferidos às mulheres com base na família tradicional, nuclear e nas narrativas religiosas fundamentalistas, o que também contribuiu diretamente para o aumento nas subnotificações de registros de violência em delegacias, o linchamento moral de mulheres nas redes e meios de comunicação para justificar crimes.

A origem desses processos é anterior, remonta à doutrina reacionária e militarizante dos governos Ronald Reagan (EUA, 1981-1989) e Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979-1990), configurando em linhas gerais – a linha econômica e direção político-ideológica-cultural que forjou o neoliberalismo, dada a última etapa da guerra fria e a derrocada do modelo soviético de socialismo. Para a América Latina esse processo revelou um conjunto de medidas mais perverso, dado o enfraquecimento, em certa medida, das correntes de esquerda e ao império ideológico forjado pela “nova direita” e a chamada hegemonia norte-americana.

A recomposição da direita se consolida frente às experiências progressistas que se seguiram na América Latina entre os anos 1980 e 1990, e apresentaram alguns êxitos, porém, restritos ao campo político. Segundo Castro (2012) “as conquistas obtidas pelas esquerdas desde fins dos anos 1990 expressavam respostas populares à deterioração das condições de vida, à frustração das expectativas sociais e à consequente mudança de estado de espírito de uma massa de eleitores. Esses êxitos, contudo, ocorreram geralmente no campo político, sem terem mobilizado outros planos sociais”. Esses limites contribuíram sobremaneira para as condições que rearticularam as direitas, que, mantiveram seus eixos no plano econômico e ideo-cultural, revelando que não houve abalo significativo nas estruturas de poder que gravitam em torno da direita – quanto aos recursos institucionais e controle midiático/jornalístico. Ainda que a organização da chamada “nova direita” pressuponha princípios relativamente padronizados, sua materialização resguarda distinções relacionadas aos processos históricos dos países que compõem a América Latina e a suas respectivas realidades nacionais.

O breve período progressista que tentou legitimar experiências mais democratizadoras seguido de crises produzidas pelas políticas neoliberais, desdobrou um quadro social de fragilidade nos empregos, degradação dos serviços e dos direitos sociais, exacerbação da violência de Estado, entre tantos outros aspectos que sintetizam o desmonte social. Esses elementos aliados a uma forte difusão dos meios de comunicação corroboraram para o progressivo descrédito ao sistema institucional democrático restrito ao parlamento. Aflora, assim, “o discurso antipolítico, que capitaliza o desgaste do sistema político vigente e descarta os recursos clássicos da política – seus líderes, partidos e instituições – mencionando-os como mentirosos, ineficientes e corruptos”

(idem) Evidentemente que essa estratégia é determinada pela estratégia de garantia da liberdade de circulação de capitais, restabelecer e ampliar a taxa de lucro, via crença de que é atribuição/missão dessa “nova direita” salvar o sistema econômico, reinstaurar a hegemonia. Processo que se legitima via “um discurso messiânico, como o de uma cruzada contra os vícios da política tradicional, ao mesmo tempo em que faz a exaltação dos métodos e líderes empresariais eficientes”, conferindo assim, um reforço, ainda que “velado”, ao reacionarismo.

Castro menciona o “Projeto para o novo século americano”, que inaugura uma grande ofensiva neoconservadora para o século XXI, fusão entre o partido das ideias com o partido dos negócios, apoiadores de Georg W. Bush, que buscaram:

implementar uma cruzada conservadora no plano cultural e moral, erradicando a concepção laica da vida – impondo desde a obrigatoriedade das orações nas escolas públicas, até a proscrição da teoria de Darwin –, combatendo o igualitarismo, o ecologismo, o feminismo e a tolerância sexual, entronizando o período da segurança sobre as liberdades civis (Castro, 2012, p. 155).

No plano ideológico trata-se de criar inimigos à segurança, à disciplina, às hierarquias que ameaçam a ordem social, tendo em vista justificar o Estado de exceção, transformando disputas políticas e socioeconômicas que desenham a correlação de forças, em conflitos etnoculturais e religiosos, criminalizando as pautas identitárias e de lutas contra as opressões. Tais dimensões se expressam “tanto nas políticas diretamente dirigidas a beneficiar grandes corporações quanto na defesa do fundamentalismo cristão, na entronização da noção estadunidense de civilização e de democracia ocidental por qualquer meio, incluindo o militar” (idem).

As direitas na América Latina mantêm relações diretas com essa estratégia, atuando também nos processos de manipulação da opinião pública, via mídia, fake News, mantendo o predomínio midiático do chamado populismo de direita, articulado ao moralismo e radicalismo reacionário. Essas medidas, entre tantas outras, que expressam a lógica do Governo Bolsonaro, revelam traços de um projeto nacional que corrobora com um Estado violento, patriarcal, racista, e alimenta econômica e ideologicamente a “tese” de que a crise é agravada pela chamada ideologia de gênero, que se articulam aos ataques ao conjunto das trabalhadoras e trabalhadores via contrarreformas que se aprofundam e atingem mais perversamente as mulheres, e, nelas, as mulheres negras, para a precarização, intensificação do trabalho.

A cruzada antigênero é parte constitutiva desse processo. No intuito de devolver ao campo do “privado” as violências de gênero, várias iniciativas de rearticulação de forças conservadoras reacionárias se intensificaram nos últimos anos – O Partido de extrema direita Vox (na Espanha)

difundiu o rechaço as leis chamadas de “totalitárias” da ideologia de gênero que revelam um “feminismo opressor”; a realização do Congresso Mundial da Família, sediado em Verona na Itália, que difundiu e legitimou a defesa da família natural como a única unidade estável e fundamental da sociedade, ganhando forças grupos antiabortistas e homofóbicos. O que expressa um duplo eixo nessa resposta reacionária: o feminismo neoliberal e a cruzada antigênero. Burgueño e Martínez (2019, p. 55-56) destacam os vínculos globais entre essa nova direita conservadora e cristã que tem sujeitos como Vladimir Yakunin (ex-agente da KGB) e Steve Bannon (ex assessor de Donald Trump) seus principais representantes. As autoras afirmam: “las corrientes católicas, evangélicas y ortodoxas convergen con la extrema derecha en temas como la oposición al aborto, al matrimonio homosexual y a la educación sexual en las escuelas, a la vez que comparten un punto de vista racista y xenófobo”. O ascenso do bolsonarismo resulta desse crescimento do fundamentalismo religioso, da articulação reacionária tanto nas igrejas católicas quanto nas evangélicas que intensificaram e fortaleceram os projetos populistas de direita. Aqui também se consolidou a invenção da ideologia de gênero, de origem católica e europeia, foi também apropriada e apoiada pela bancada evangélica – na denúncia a um pretensão marxismo cultural, ao feminismo que ameaça a ordem e a família, e ao movimento LGBTQIA+.

Em nome da mentalidade cristã fundamentalista “o governo Bolsonaro lançou campanha de combate à gravidez precoce por meio do estímulo à abstinência sexual, voltando-se ao ideal da família tradicional brasileira e uma moral que renega a libido juvenil, retira a ciência a capacidade de informar sobre doenças venéreas, impede a liberdade feminina sobre seu corpo”. (Rovai, 2021, p. 296) A violência de gênero e o discurso conservador da família tradicional, propagados e incentivados por esse governo e seus apoiadores têm a fundamental função de aprofundar as diferenças no campo da divisão sexual/internacional do trabalho. Via manutenção dos níveis salariais baixos, uma vez que as mulheres ganham em média 30% a menos; e a exacerbação no campo dos cuidados demandada às mulheres. São as mulheres dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora aquelas que carregam o fardo da precariedade e mobilizam os mecanismos formais e informais de enfrentamento à desigualdade, face que se agravou após a pandemia. Assim o trabalho no lar não é mercantilizado, ele produz valores de uso “a importância social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que reforça a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza”. (FERGUSON; MCNELLY, 2017, p. 35-36)

Instaura-se assim uma ordem de gênero capitalista pautada em formas de controle que extrapolam a dominância masculina na relação entre homens e mulheres, mas também a

perpetuam. Ou seja, fundada em uma lógica patriarcal historicamente construída na articulação entre o modo de produção capitalista e o papel fundamental das famílias da classe trabalhadora para a produção e reprodução da força de trabalho. E, assim os mecanismos de controle articulados à dimensão cultural e econômica via Esta do.

Controle sobre a reprodução biológica, as formas de configuração da família, a criação das crianças e a necessária manutenção de uma ordem de gênero que transborda inclusive para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, aliando a necessidade da procriação e a função do cuidado nas particularidades biológicas exercidas pelas mulheres com a necessidade de autopreservação e propagação da ordem de gênero burguesa/moderna e suas formas socioculturais e institucionais de vida. Desse modo a desigualdade de gênero é inerente e necessária à reprodução da ordem burguesa, “a organização social da diferença biológica constitui uma pré-condição material para a construção das diferenças de gênero”. (idem)

Essa análise associada às características do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo também aponta diferenciações na apropriação do *trabalho reprodutivo*. Nas sociedades de capitalismo dependente esse processo assume perspectivas de exploração mais perversas e estruturais. A produção da riqueza deve prever a obtenção de lucros tanto para a burguesia nacional quanto para atender aos interesses e necessidades do capital imperialista via trocas desiguais, fator intensificado estruturalmente na América Latina.

Badaró (2017) quanto à superexploração, destaca que seu objetivo central é extrair mais valor em quantidade suficiente para distribuir lucro capitalista para o capital nacional e estrangeiro. Resgata ainda a análise marxiana de que a ampliação da extração da mais-valia se realiza sob diferentes formas, sendo elas: 1) ampliação da jornada de trabalho; 2) introdução de avanços tecnológicos, mais máquinas, mais equipamentos com o mesmo número de horas, mesma quantidade de trabalhadores produzindo mais mercadorias; 3) remuneração da força de trabalho abaixo do nível de reprodução média da mesma (o que é exceção em sociedades de capitalismo imperialista torna-se regra no capitalismo dependente), com pagamentos de salários que inviabilizam a sua reprodução adequada e provocam seu desgaste. Combinando o controle via Estado, da manutenção desse patamar tendo em vista interromper e impedir qualquer possibilidade de luta contra essa exploração, no objeto em análise, via controle dos corpos, políticas sociais focalizadas, perpetuação de estratégias contrarrevolucionárias e reformas ultraliberais. A partir dessa digressão histórico-conjuntural é possível mapear algumas dimensões de análise gramscianas que contribuem para o desvelar desses processos:

1. As bases constitutivas da hegemonia em sua relação com os processos ideológicos dos projetos nacionais tendo em vista a disputa entre os aparelhos privados de hegemonia vinculados aos interesses das classes sociais em disputa. Na interrelação entre autonomia-subalternidade-hegemonia, sair da passividade à atividade das classes subalternas. A construção ideo-política das consciências coletivas na luta hegemônica é central, sobretudo se o horizonte é a dimensão universal com fim último, ou seja, a unidade econômico/política e intelectual/moral, a partir da consolidação da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre uma sociedade inteira.
2. O entendimento do feminismo a partir da leitura gramsciana no que se refere a análise da hegemonia e sua relação com a produção de consensos. Essa articulação é essencial a pensar as estruturas de dominação e opressão desde que a politização da pauta feminista se localizou no mote “o pessoal como político” até as estratégias conservadoras em âmbito mundial e, na particularidade brasileira após o ascenso da extrema direita no poder, que consolidou uma cruzada anti-gênero nos embates político-culturais.
3. É na disputa entre concepções de mundo e, sobretudo, com o sentido comum imperante – neoliberal, colonial, patriarcal, que, historicamente foi se configurando a luta feminista, no Brasil, essa face se expressa nos movimentos como o #Elenão, na persistente luta pela descriminalização do aborto e pela vida das mulheres, dimensão exacerbada com a pandemia da COVID 19. Há uma linha de continuidade entre os processos de dependência ao imperialismo que segue no controle da reprodução biológica para o favorecimento dos interesses políticos e econômicos na América Latina, tendo em vista a preservação do trabalho doméstico, repondo a relação entre feminismo e a luta revolucionária. A resistência construída a partir da exacerbção dos processos de mudanças introduzidas na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. A degradação das mulheres – via superexploração do trabalho, via inserção central do trabalho doméstico não-remunerado e submetidas às formas mais violentas de controle, reatualizam, por um lado, o patriarcado e suas lógicas, e, por outro, rearticulam as resistências.

O que repõe a questão da subjetivação política e seus meandros na guerra de posição instaurada no contexto da luta de classes e, nela, a luta hegemônica. No estudo das classes subalternas há que se compreender como se formam os grupos subalternos e como se desenvolvem no processo de produção econômica, a sua difusão quantitativa, a existência de organizações próprias no terreno das reivindicações econômico-corporativas, bem como, a formação de seus

intelectuais orgânicos. A luta feminista, articulada a um processo unitário e totalizante revela-se como uma forte tendência de potencialização da disputa hegemônica no conjunto da correlação de forças, sobretudo quando se parte do debate sobre o trabalho e a pauta da reprodução social.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Marcelo. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maria Mee Silva. In: **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

BURGUEÑO, Cynthia Luz. MARTINÉZ, Josefina L. Patriarcado y Capitalismo. **Feminismo, clase y diversidad**. España: Ediciones Akal, 2019.

BRUM, Eliane. Banzeiro òkòtó. **Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CASTRO, Nils. **As esquerdas latino-americanas em tempos de criar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

ESCORSIM, Leila. O conservadorismo clássico. **Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo, Cortez, 2011.

FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In: **Revista outubro**, n. 29, novembro de 2017.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. **Cadernos do Cárcere**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 03.

LACERDA, Fernando Hideo I. Da lavajato ao bolsonarismo: a manipulação das instituições republicanas para realização de objetivos políticos escusos. In: Sá, Thiago Antônio de Oliveira. **Extremo: o mandato Bolsonaro**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

LIMA, Katia. El desafío educativo brasileño y la ofensiva ultraconservadora del capital. In: **Revista Universidade e Sociedade**, ano XXIX, outubro/2019. Brasília: ANDES-SN, edição especial América Latina, 2019 (pp. 8-39).

MATOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro. **Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A cruzada Bolsonarista pela moral: os “bons costumes” que ferem a vida. In: Sá, Thiago Antônio de Oliveira. **Extremo: o mandato Bolsonaro**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.